

AS SAGRADAS FAMÍLIAS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS BRASILEIROS: UMA PROVOCAÇÃO

ELIZEU BARROSO¹³

Resumo

O ensaio propõe aprofundar o estado da arte da teoria crítica nos Estudos Organizacionais, explorando suas afiliações no Brasil e destacando as divergências e convergências entre suas principais vertentes. Baseado em suas premissas marxianas, discute-se a Escola de Frankfurt, os Critical Management Studies (CMS) / Estudos Críticos em Administração (ECA) e os Estudos Organizacionais Críticos (EOC). O texto aborda críticas dentro do campo, incluindo acusações de mentalidade colonial e binarismo intelectual entre seus praticantes. Destaca-se o caráter epistemológico da Teoria Crítica, reconhecendo sua potencialidade emancipatória, interdisciplinar e sua capacidade de proporcionar uma compreensão sócio-histórica dos Estudos Organizacionais, sem fornecer diagnósticos definitivos.

Palavras-Chave: Epistemologia; Marxismo; Teoria Crítica; Estudos Organizacionais.

Abstract

The essay proposes to deepen the state of the art of critical theory in Organizational Studies, exploring its affiliations in Brazil and highlighting the divergences and convergences between its main strands. Based on its Marxian premises, the Frankfurt School, Critical Management Studies (CMS) / Critical Administration Studies (ECA) and Critical Organizational Studies (EOC) are discussed. The text addresses criticisms within the field, including accusations of colonial mentality and intellectual binarism among its practitioners. The epistemological character of Critical Theory stands out, recognizing its emancipatory, interdisciplinary potential and its ability to provide a socio-historical understanding of Organizational Studies, without providing definitive diagnoses.

Keywords: Epistemology; Marxism; Critical Theory; Organizational Studies

INTRODUÇÃO

No tratante aos estudos críticos em Estudos Organizacionais (EO), na vertente brasileira, temos que estes hoje são destaque com três nomenclaturas que ora convergem e ora divergem entre si, sendo elas os estudos críticos da Escola de Frankfurt, os Critical Management Studies (CMS) - ancorados nos trabalhos de Alvesson e Willmott (1992) - com sua tradução abasileirada por Davel e Alcadipani (2003) como Estudos Críticos em Administração (ECA), e a proposta de Paes de Paula et al. (2010) como Estudos Organizacionais Críticos (EOC).

Em comum, tais abordagens apresentam que os estudos de cunho crítico são aqueles que provem de uma base não positivista, que não buscam conhecimentos concernente ao management, buscam levantar alternativas às práticas dominantes por meio da reflexibilidade, e possuem a intenção emancipatória (LARA; VIZEU, 2019; ALCADIPANI; TURETA, 2009; ROSA; ALCADIPANI, 2013; MCLEAN; ALCADIPANI, 2008; FARIA, 2009; GREY; FOURNIER, 2000; VIZEU, 2005; MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005; PAES DE PAULA et al., 2010; SOUSA SANTOS, 1999).

E, mesmo entre os autores dessa lente teórica, existe entre eles divergências significativas, contradições sob o papel dos estudos críticos, onde de um lado há uma acusação de ‘crítica domesticada’ no sentido de uma importação de conceitos Eurocêntricos para a análise de uma realidade local (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005) e a ‘mentalidade colonial’ de conceber estudos sob um binarismo intelectual que visa classificar o que é e quem são de fato os verdadeiros críticos (ROSA; ALCADIPANI, 2013; ALCADIPANI; TUREDA, 2009).

Tal situação de contradições, onde nos parece que é muito mais no sentido pejorativo do ‘nós somos’ e ‘eles não’, tem sido discutido, por exemplo, desde Sousa Santos (1999) que se questionava o porquê é tão difícil construir uma teoria crítica sob uma base de pensamentos tão divergentes, onde por exemplo, segundo Faria (2009) se a teoria crítica - a qual ele denomina como marxismo ocidental - não for revolucionária, e oriunda dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, que de forma cronológica são a primeira geração, não é teoria crítica, pode ser, como o autor apresentou ‘reformadora’ (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre estado da arte da teoria crítica para o campo de EOs escrevemos este ensaio para apresentar as afiliações divisionais desse campo, onde intentamos dar evidência, em meio ao debate do que é e o que não é teoria crítica discutindo suas premissas de base, principalmente com sua origem nas bases marxianas.

Nisso, primeiramente apresentamos esse entrelace da teoria marxiana e teoria crítica, para posteriormente apresentar as versões dos autores que usam como base a teoria

crítica, para enfim, apontar as premissas que perpassam tais leituras, e são a essência do pensar criticamente no campo de EOs.

A TEORIA CRÍTICA EMANCIPATÓRIA DE BASE MARXIANA PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Quando se trata de um resgate as bases do contexto de emancipação via perspectivas críticas nos Estudos Organizacionais (EO), temos em Karl Marx o seu principal expoente teórico, mesmo com suas limitações para pensar o social nos dias atuais, com suas organizações “extremamente complexas e multifacetadas, que se organizam de inúmeras formas e nas quais o tempo e o espaço de trabalho podem ser altamente fragmentados” (ALCADIPANI; TURETA, 2009, p. 506). Assim, há um limite em ter a percepção e análise da sociedade unicamente por um viés econômico. Mas, Marx é a base de um olhar de gênese crítica voltado para as concepções emancipatórias.

Antes de mais nada, Marx foi um dos primeiros a trazer luz a história e as transformações socioeconômicas de épocas. Marx fez, durante grande parte de sua vida, uma análise das transformações em que ele viveu. Paulo Netto (1987, p. 76) apresenta que “A obra de Marx fundou um modo original de pensar a sociedade burguesa e a sua dinâmica, que inclui necessariamente a alternativa da revolução socialista”. Revolução essa de não se dizia em tirar o ‘poder’ da burguesia, e sim, que o fruto da revolução seria a equiparidade entre as classes, que alçasse aos proletários os mesmos direitos dos burgueses. E, “o marxismo foi a primeira corrente a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento e a ‘desmascarar’ as ideologias de classe por detrás do discurso pretensamente neutro e objetivo dos economistas e outros cientistas sociais” (LÖWY, 1994, p.99).

Desta forma, Marx (2011) apontava para as contradições existentes no sistema capitalista, com seu acúmulo de capital tendo como efeito a deterioração das relações sociais, que são geradas pelas desigualdades sociais inerentes a lógica de reprodução de seus modus operandi, onde o sistema se mantém pela constante competição entre os detentores do capital, que alimentam o sistema visando o aumento de seu poder econômico e social.

Considerando que o sistema capitalista é um sistema invasivo, é imperativo que se tenha consciência do interesse imperialista e colonialista das formas dominantes de gestão e organização. Historicamente, o capitalismo adotou a posição de uma ordem superior, disseminando seus falsos princípios e racionalidade como uma evolução e melhoria da vida em relação às formas tradicionais de organização social de base. (VIZEU; SEIFERT; HOCAYEN-DA-SILVA, 2015, p.385, tradução nossa)

Aron (2008, p.196), anuncia então que na visão de Marx, “o caráter contraditório do capitalismo se manifesta no fato de que o crescimento dos meios de produção, em vez de se traduzir pela elevação do nível de vida dos trabalhadores, leva a um duplo processo de proletarianização e pauperização”. Vale ressaltar que para Marx, ‘contradição’ não é apenas uma oposição, entre A e B, ou seja, a contradição é aquela que faz com que tudo sofra mudanças profundas (GADOTTI, 1989).

Marx (2011) apresenta em suas teses as formas pelas quais o capitalismo se tornou um sistema que cria formas de sua prevalência como dominante, onde Singer (2002) salienta que o capitalismo é fruto de uma construção e este se apresenta enquanto uma ideologia dominante e que prioriza princípios como a competição, o individualismo, e o maior acúmulo possível de capital.

No Brasil, por mais que haja certa heterogeneidade nas perceptivas Críticas, em suma, podemos encontrar os elementos das teses marxistas, por mais que alguns autores defendam apenas as teses originais do marxismo como verdadeiras propostas críticas (FARIA, 2009; MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005), outros apontam a interdisciplinaridade teórica como um diferencial para o pensamento crítico (SOUSA SANTOS, 1999; DAVEL; ALCADIPANI, 2003; ALCADIPANI; TURETA, 2009; PAES DE PAULA et al., 2010; LARA; VIZEU, 2019), sendo inclusive essa interdisciplinaridade que moldou a Escola Crítica de Frankfurt (LARA; VIZEU, 2019).

E, mesmo que no que se refere aos estudos críticos brasileiros em EOs, eles se apresentam em três correntes principais, sendo uma delas a Escola de Frankfurt, os Critical Management Studies (CMS) que se baseiam nos estudos de Alvesson e Willmott (1992), que no Brasil ganharam destaque como Estudos Críticos em Administração (ECA) proposto por Davel e Alcadipani (2003), e os Estudos Organizacionais Críticos (EOC), apresentados por Paes de Paula et al. (2010) que resgatam autores como Maurício Tragtenberg, Alberto Guerreiro Ramos, Fernando Claudio Prestes Motta como os pioneiros - mesmo que com lentes epistemológicas diferentes - desse tipo de estudos no Brasil.

Assim, podemos conjecturar que o cerne do pensamento marxista é aquele que se tem por base as teorias emancipatórias, que apontam as contradições inertes ao sistema capitalista. Outrossim, é importante a compreensão de que se faz necessário desmistificar e tentar apresentar para o debate, como os estudos de Karl Marx foram desvirtuados por alguns e endossado por outros, onde, segundo Paulo Netto (1987, p.21) “os marxistas (e não só eles) encaram de maneira muito variada a obra de Marx. As interpretações são numerosas, às vezes conflitantes, às vezes complementares”. E por outro, que apesar de suas limitações - vide que Marx pensou a época de Marx - muitos de seus conceitos são vigentes e capazes de dar explicações razoáveis e aceitáveis para analisar o social, e são

a essência das teorias críticas.

Por isso, com um olhar proporcionado pelas condições históricas, podemos entender que “nenhum movimento histórico pode ser suficientemente conhecido com os mesmos conceitos antagônicos com que foi vivido ou compreendido pelos que deles participara (KOSELLECK, 2006, p.194).

Com isso, se faz necessário entender que Marx concebeu suas ideias sob a lente de um homem de sua época, com o acesso ao conhecimento e tecnologia da época, faz-nos pressupor e fazer coro com muitos autores (FROMM, 1970; STEINBERG, 1982; HARNECKER, 1983; HOBBSAWN, 1984; DAVIES, 1986; GADOTTI, 1989; ARON, 2008) que Marx, fez em seus estudos uma análise do capitalismo, e nada mais do que isso.

Por fim, para entender e fazer uso a teoria crítica nos EOs, deve-se regressar as bases do pensamento de Karl Marx, para apresentar suas principais teses, o que pensam e dizem seus revisores e comentadores - e a contradição entre eles - as limitações de uso para a análise dos tempos atuais - seu foco utilitário de prisão a análises puramente econômicas -, e em seu núcleo, a sua essência em fincar a sua postura emancipatória, de promoção à tomada de consciência das contradições da sociedade burguesa (MELO, 2013; LARA; VIZEU, 2019).

Assim, queremos chamar a atenção para um conceito central nos pensamentos de Marx, que embora possa ter sido deturpado por ditadores e interpretes, está presente mesmo nestes, e recuperado com veemência pela Escola de Frankfurt: a emancipação. Maior do que desalienar-se era emancipar-se.

Em seu livro sobre a revolução soviética (1962), Abramovitch recorda que o ideal socialista indicado por Marx previa uma sociedade autogerida, completamente emancipada de qualquer classe dirigente e liberada da propriedade capitalista dos meios de produção. Ora, nos Estados que se proclamam socialistas, a propriedade capitalista não existe, mas tampouco existem a liberdade e a autogestão. Naqueles Estados, o ideal de igualdade é substituído pela realidade dos privilégios e pelo princípio de uma direção minoritária. Trata-se de perguntar se a existência desses Estados pode representar um passo adiante no caminho do progresso histórico. Para Abramovitch, é claro que esses Estados totalitários não contribuíram de modo algum, e não podem contribuir, para o bem-estar humano, porque a barbárie jamais poderá fazer avançar a causa da humanidade. (LIEBICH, 1986, p. 375).

E essa emancipação, segundo Fromm (1970, p.55) “meta de Marx não se limita à emancipação da classe operária, mas visa a emancipação de todo ser humano através do

retorno a atividades não-alienada”. Em que o homem se reconheça como tal, visto que os próprios burgueses sofrem pela autorregulamentação do mercado. Rompa com a cortina da ideologia que desumana os homens, tornando-os mercadorias. E, se ao menos hoje, há espaço para discussão sobre os papéis do mercado na vida, e com um olhar histórico, isso deve-se a Marx.

A ABORDAGEM CRÍTICA COMO UMA PROPOSTA EMANCIPATÓRIA

Entre todas as divergências entre pesquisadores, interpretes, comentadores da perspectiva críticas nos EOs (ALCADIPANI; TURETA, 2009; DAVEL; ALCADIPANI, 2003; ROSA; ALCADIPANI, 2013; MCLEAN; ALCADIPANI, 2008; LARA; VIZEU, 2019; VIZEU, 2005; ALVESSON; WILLMOTT, 1992; ALVESSON; DEETZ, 1999; FARIA, 2009; GREY; MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005; MOTTA, 2014; PAES DE PAULA *et al.*, 2010; SOUSA SANTOS, 1999), existe uma ponto em comum entre todos, que é a aceitação de que a base da abordagem crítica está ancorada nas teses Marxistas.

Quando se olha ao movimento dessa abordagem no Brasil, nos remetemos a três autores, conforme nos apresenta Paes de Paula *et al.* (2010) e Rosa Alcadipani (2013) que podem ser considerados participantes dos estudos dessa natureza, mesmo que alguns autores possam defender que estes não são teóricos críticos (FARIA, 2009). Porém, mesmo com bases epistemológicas diferentes, Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), Fernando Prestes Motta (1945-) e Maurício Tragtenberg (1929-1998) foram os primeiros a versar sobre o movimento crítico, seja por meio de ideias dos autores de Frankfurt, seja por teorias anarquistas, seja por um marxismo gramsciano, seja por psicanálise (PAES DE PAULA *et al.*, 2010; PAES DE PAULA, 2007; ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Em um olhar para os estudos em perspectiva crítica, nos EOs, temos o que podemos chamar de movimentos mundiais que possuem a sua representação nos EOs brasileiros, porém o que ocorre aqui é um fenômeno em que as correntes tupiniquim apresentam certas divergências a ponto de Alcadipani e Tureta (2009, p. 507) declarar que “a busca pela legitimação de determinadas abordagens como críticas parece caminhar para a definição da ideia de que, somente autores filiados a tradição marxista e à teoria crítica da Escola de Frankfurt podem ser vistos como críticos autênticos.

Movimento que parece não ocorrer em outras realidades, visto que no livro *Make Sense of Management: A Critical Introduction* de Alvesson e Willmott (1996), filiado a corrente dos CMS, eles apresentam que a Teoria Crítica capitaneada pelos intelectuais de Frankfurt tem como referência a aspiração de mobilizar os potenciais da reflexão crítica para questionar

e transformar as opressivas formas do mundo moderno” (ALVESSON; WILLMOTT, 1996). Assim, podemos ver que há uma interface entre movimentos dentro da perspectiva.

O movimento dos CMS, os quais em algumas situações foram chamados de ‘crítica domesticada’ (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005) ou de “crítica não crítica de estudos críticos” (FARIA, 2009, p. 514) fora apresentado ao contexto mundial pelos estudos de Mats Alvesson (1956-) e Hugh Willmott (1950-) através do livro *Critical Management Studies*, que segundo Davel e Alcadipani (2003, p. 74), traduzindo o conceito para os Estudos Críticos em Administração (ECA), apresentam que o intento desses estudos ocorre de forma a expor:

[...]as faces ocultas, as estruturas de controle e dominação e as desigualdades nas organizações, a abordagem crítica busca questionar permanentemente a racionalidade das teorias tradicionais e mostrar que as coisas não são necessariamente aquilo que aparentam no âmbito da gestão. (DAVEL; ALCADIPANI, 2003, p. 74).

Assim, podemos identificar os traços de uma visão emancipadora dentro dos CMS, mesmo que Misoczky e Amantino-De-Andrade (2005) juntamente com Faria (2009) apresentam que tal movimento não pode ser considerado crítico, pois o rotulam de ‘logomarca’ ou ‘estudos gerenciais críticos’, devemos discordar de tal posição, visto que para tais autores, a emancipação deve vir pela revolução, tal qual as teses marxistas, a qual a sua superação foram o embrião para a fundação do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt.

Desta forma, em uma realidade multifacetada, com novos tipos de conflitos - que não apenas o econômico-social - não nos parece muito reflexivo se limitar apenas a materialidade e a totalidade. Parece-nos que houve ‘sequestro’ da abordagem crítica do Brasil, onde “corremos o sério risco de burocratizar o pensamento crítico, com normas e padrões de conformidade de cunho teórico, que devem ser seguidos à risca de acordo com a cartilha ou manual elaborado” (ALCADIPANI; TURETA, 2009, p. 507).

Sobre as limitações das teses marxista sob o prisma de uma teoria crítica, apenas de forma ilustrativa, trazemos uma reflexão sob a base de uma hermenêutica crítica:

Quanto a mim, considero improvável que a solução dos conflitos descritos por Marx, tidos como oriundos unicamente da apropriação privada dos meios de produção, ponha um termo a todo antagonismo entre grupos sociais. A experiência de meio século de exercício do poder nos países socialistas mostra, antes, que não é nada disso. E não há nada de surpreendente nisso, porque os conflitos de prioridade ligados à previsão, os conflitos de competição ligados ao exercício da decisão,

constituem os traços inelutáveis de nossa sociedade. Uma análise da dinâmica de que os meios empregados para resolver um tipo de contradição desenvolvem novas contradições que, ao se deslocarem, deslocam também o lugar e a forma do conflito (RICOEUR, 1990, p.161)

Nesse caso, o que nos traz interesse é entender que os CMS apresentam em seu cerne as bases de uma teoria que não a tradicional - em referência a apresentada por Horkheimer (1991) - e que segundo Rosa e Alcadipani (2013) ao revisar os trabalhos de Adler, Forbes e Willmoot (2008) “não significa que o CMS seja totalmente pós-estruturalista, pois trata-se de um ‘rótulo’ que abriga diversas perspectivas teórica, inclusive aquelas alinhadas ao marxismo e a Escola de Frankfurt (ROSA; ALCADIPANI, 2013, p. 204).

E, quanto a posição dos estudos críticos no movimento da Escola de Frankfurt, nos posicionamos ao lado de Lara e Vizeu (2019) no sentido de não pensar o movimento de forma cronológica gestacional como comumente é feito. Nossa opção é pela não caracterização gestacional dos membros do Instituto, e sim, pela releitura desses autores na intenção emancipadora (LARA; VIZEU; 2019). Estando assim o foco a emancipação, onde intentamos que “o foco na intenção emancipatória em EOs potencializa a compreensão de como o comportamento nas organizações é dominado pelas estruturas historicamente constituídas na Modernidade” (LARA; VIZEU, 2019, p. 9).

Os estudos da Escola de Frankfurt se baseiam no movimento iniciado pelos pensadores do Instituto para Pesquisa Social - Institut für Sozialforschung - fundado em 1923, com sua ligação à Universidade de Frankfurt. Os membros fundadores, são os pesquisadores interdisciplinares - sociólogos, psicólogos e filósofos - Felix Weil, Carl Grünberg, Henryk Grossman, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Otto Kirchheimer e Leo Löwenthal. Afirmamos ser interdisciplinar, pois além de agregar pesquisadores de áreas diferentes, também agregava, digamos assim, níveis de marxismos diferente, ou seja, os ortodoxos fiéis, e aos autores que alertavam sobre a teoria marxista não dar conta de explicar as transformações até então (LARA; VIZEU, 2019).

Vale ressaltar que a expressão ‘teoria crítica’ é oriunda dos estudos de Max Horkheimer, que em 1937, publicou o livro ‘Teoria Tradicional e Teoria Crítica’, apresentando a diferença dessa corrente epistemológica das correntes de viés positivistas, o que ele chamou de tradicional (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005).

Fugindo de uma discussão sobre quem é ou quem não é produtor de conhecimento críticos nos EOs, onde inclusive, em sua tese doutoramento Motta (2014), realizou um estudo sobre os grupos de pesquisas e iniciativas em Universidades brasileiras, apresentou a grande diferença entre os pensadores dos Grupos Economia Política do Poder em Estudos

Organizacionais - EPPEO, Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS, Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS, Organização e Práxis Libertadora, Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades - NETES, e Organizações, racionalidade e desenvolvimento, vamos nos ater as premissas que julgamos caras ao entender a abordagem crítica.

Em primeiro lugar, ela é uma teoria que se coloca como opção epistemológica nos EOs, e que se afasta dos estudos tradicionais de perspectiva gerencialista-utilitarista. “Não é o significado da teoria em geral que é questionado aqui, mas a teoria esboçada de cima para baixo por outros, elaborada sem contato direto com os problemas de uma ciência empírica particular” (HORKHEIMER, 1980, p.119). Com isso, temos que a proposta da teoria crítica em trazer para a discussão tal incoerência, onde através da crítica o sujeito pode desenvolver o seu comportamento crítico, onde pela contradição ele apreende que essa forma de organização da vida humana em torno de uma economia de mercado é fruto de uma ação humana - uma construção sócio-histórica -, e que esta possui ferramentas para se manter e influenciar as funções, e a sociedade como um todo, e nisso decerto se inclui as organizações.

Expondo as faces ocultas, as estruturas de controle e de dominação e as desigualdades nas organizações, a abordagem crítica busca questionar permanentemente a racionalidade das teorias tradicionais e mostrar que as coisas não são necessariamente aquilo que aparentam no âmbito da gestão. (DAVEL; ALCADIPANI, 2003, p.74).

Assim, de acordo com Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) a teoria crítica abre-se para a possibilidade de compreensão das contradições produzidas pelo sistema de mercado, apresentando que quase sempre a aparência formal da teoria tradicional não representam sua essência, bem como a instrumentaliza das relações que transforma os indivíduos em meio e não em fim em si mesmos. Outro ponto central é a importância do contexto social-histórico, que possibilita um olhar tempo-espaço, bem mais amplo do que uma visão causa-efeito, com isso, possibilita-se um olhar para as ideologias oriundas de racionalidades que aprisionam os indivíduos ao invés de emancipá-los.

Para os sujeitos do comportamento crítico, o caráter discrepante cindido do todo social, em sua figura atual, passa a ser contradição consciente. Ao reconhecer o modo de economia vigente e o todo cultural nele baseado como produto do trabalho humano, e como a organização de que a humanidade impôs a si na mesma época atual, aqueles sujeitos que se identificam, eles mesmos, com esse todo e o compreendem como vontade e razão: ele é o seu próprio mundo. (HORKHEIMER, 1980, p.130).

Com isso, além da premissa de emancipação como uma possibilidade de tomada de consciência da sociedade sobre as contradições dos modus operante do capitalismo, ou seja, como uma forma de obtenção de nova consciência social para a redução dessas contradições (LARA, VIZEU, 2019; PAES DE PAULA et al., 2010; MOTTA, 2014; VIZEU, 2005; GREY; FOURNIER, 2000; DAVEL; ALCADIPANI, 2003). Temos a premissa de interdisciplinaridade, de um olhar para o multiculturalismo, a pluralidade em um mundo e as organizações são essencialmente multiculturais e multifacetadas, fugindo de um viés universalista/totalizador (LARA; VIZEU, 2019; SOUSA SANTOS, 1999; ALCADIPANI; TURETA, 2009).

Isso, além do presságio de não celebrar conhecimentos inscritos em uma lógica instrumental de cálculo utilitário dos meios com relação aos fins ou que melhorem o desempenho econômico das organizações (DAVEL, ALCADIPANI, 2003, p.75), bem como, a sua intenção de apresentar a possibilidade do pensamento social crítico como referência para a busca da emancipação, atualizando-a a cada momento histórico (LARA; VIZEU, 2019).

Por fim, por suas bases epistemológicas, os estudos críticos se abrem para as potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais, onde por exemplo, pode-se mostrar, por exemplo, que o management se constitui como uma instituição moderna (VIZEU, 2010b). A questão epistemológica que apontamos é que, por sua base funcionalista, management é a-histórico, ou seja, ele se mostra capaz de relegar a história por traz das transformações, ou seja, apresenta-se apenas as diferenças dos aspectos universais dos fenômenos sociais dando pouca importância ao conjunto de fatores que se modificam ao longo do tempo, o que resultam em inúmeros estudos empíricos de correlações causais, sem discutir as mudanças sócio-históricas (VIZEU, 2010a-b; 2011a).

E, dentro da questão de contradição, temos que a teoria crítica é capaz de dar conta de apresentar as teias que envolvem o operar criminoso das corporações dentro da lógica operante do management.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS PREMISSAS DA TEORIA CRÍTICA

Neste estudo intentamos aprofundar o debate sobre estado da arte do campo de se produzir teoria crítica no Brasil, em especial, em EOs, com isso, buscamos dar intento as evidências que em meio ao debate do que é e o que não é teoria crítica, não consegue fazer avançar os estudos no Campo, principalmente pelo encanamento do campo, e muitas vezes divergindo das origens de sua base, e como ela intenta a emancipação.

Tal situação, de divisão de campo, apresenta que há uma limitação teórica nessa lente

epistemológica, porém, entendemos que isso se dá dessa forma, porque “uma das fraquezas da teoria crítica moderna foi não ter reconhecido que a razão que crítica não pode ser a mesma que pensa, constrói e legitima aquilo que é criticável (SOUSA SANTOS, 1999, p. 204) ou então, segundo Alcadipani e Tureta (2009, p.504) “há uma preocupação incessante em classificar, determinar fronteiras, definir uma disputa para se saber quem são os ‘verdadeiros críticos organizacionais’.

Nesse caso, apontamos que uma das possibilidades para tal é que os estudos críticos em EOs, tem em seu cerne o ‘encampamento’ de autores marxistas ortodoxos, que visam desqualificar outros estudos que segundo eles, são outliers, ou seja, como apresentou Alcadipani e Tureta, parece que alguns autores sentem a necessidade de criar um manual denominado “Saiba como fazer crítica em administração no Brasil” (ALCADIPANI; TUREDA, 2009, p. 507).

Assim, parece-nos que há um ‘sequestro’ da abordagem crítica do Brasil - o que é bem diferente o que ocorre nos estudos organizacionais europeus por exemplo - onde aqui, segundo alguns autores, nos parece que fica subentendido que não se pode ser considerada de base crítica, teorias como a CMS, a 2ª e 3ª geração cronológica da Escola de Frankfurt (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005; FARIA, 2009), e autores como Alberto Guerreiro Ramos, Fernando Prestes Motta, Michel Foucault e Edgar Morin (FARIA, 2009).

Com isso, apresentamos que os estudos críticos possuem algumas premissas que se apresentam como potenciais para discorrer sobre a temática de nosso estudo. Podemos apresentar as seguintes premissas:

- **a teoria crítica é emancipatória**, não pela via da revolução material apontada por Faria (2009), mas como uma possibilidade de tomada de consciência da sociedade sobre as contradições dos *modus operante* do capitalismo, ou seja, como uma forma de obtenção de nova consciência social para a redução dessas contradições (LARA, VIZEU, 2019; PAES DE PAULA *et al.*, 2010; MOTTA, 2014; VIZEU, 2005; GREY; FOURNIER, 2000; DAVEL; ALCADIPANI, 2003).
- **a teoria crítica é eclética e interdisciplinar**, onde foi justamente o debate interdisciplinar sobre as teses marxistas que se tornou a base do Instituto (LARA; VIZEU, 2019), e é exatamente o multiculturalismo e a pluralidade de perspectiva que pode se apresentar com alternativa de outras abordagens, sendo que o mundo e as organizações são essencialmente multiculturais e multifacetadas, fugindo de um viés universalista/totalizador (SOUSA SANTOS, 1999; ALCADIPANI; TURETA, 2009).
- **a teoria crítica não fornece um diagnóstico acabado**, onde a intenção é apresentar a possibilidade do pensamento social crítico como referência para a busca da emancipação,

atualizando-a a cada momento histórico (LARA; VIZEU, 2019). Isso indo além de “Marx e de Gramsci, a teoria crítica sempre entendeu por hegemonia a capacidade das classes dominantes em transformarem as suas ideias em ideias dominantes (SOUSA SANTOS, 1999, p. 211), e por fim, “os ECA não visam a celebrar conhecimentos inscritos em uma lógica instrumental de cálculo utilitário dos meios com relação aos fins ou que melhorem o desempenho econômico das organizações (DAVEL, ALCADIPANI, 2003, p.75).

- **a teoria crítica fornece uma possibilidade de realização de um estudo sócio-histórico**, onde tão importante quanto o olhar para os EORs das últimas décadas no Brasil, é observar a predominância de uma abordagem funcionalista da sociologia de uma natureza a-histórica, onde apesar dos diversos avanços em termos de novas perspectivas dentro do campo, essa é ainda a predominância de uma base epistemológica hegemônica no campo dos EORs (BETERO, 2005; VIZEU, 2010b; STEFANI; VIZEU, 2014).

Por fim, no tocante aos nossos estudos, de olhar os fenômeno dos estudos organizacionais sob uma abordagem crítica, concordamos com Lara e Vizeu (2019), onde estes apresentam que a inspiração do uso para essa corrente de pensamento está na preocupação com a emancipação, que é uma postura devida as teses de Karl Marx em sua leitura sob a emergência do capitalismo na sociedade burguesa (LARA; VIZEU, 2019; FARIA, 2009; ALCADIPANI; TURETA, 2009; MOTTA, 2014), porém os pressupostos frankfurtianos, a qual seguimos com Lara e Vizeu (2019) e não fazer uma divisão cronológica de estudos, são aqueles que conseguiram resgatar e renovar as bases de Marx, com essência própria, tendo como marca a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade dos autores filiados ao instituto (FREITAG, 2014; LARA; VIZEU, 2019).

Assim, seguindo a leitura feita por Lara e Vizeu (2019), queremos chamar a atenção dos acadêmicos da área de Administração para um conceito central no pensamento de Marx, que embora possa ter sido deturpado por ditadores e interpretes, está presente mesmo nestes, e recuperado com veemência pela Escola de Frankfurt - a emancipação. Neste sentido, segundo Fromm (1970, p. 55) a “meta de Marx não se limita à emancipação da classe operária, mas visa a emancipação de todo ser humano através do retorno a atividades não-alienadas”. Em que o homem se reconheça como tal, visto que mesmo os burgueses sofrem pela autorregulamentação do mercado. Rompa com a cortina da ideologia que desumana os homens, tornando-os mercadorias. E, se ao menos hoje, há espaço para discussão sobre os papéis do mercado na vida - tanto da classe trabalhadora, quanto do capitalista - isso deve-se a Marx. Recuperar o valor deste grande pensador foi a principal intenção deste breve ensaio.

REFERÊNCIAS

- ADLER, P. S., FORBES, L.; WILLMOTT, H. On critical management studies. In: BRIEF, A.; WALSH, J. (Ed.). *The Annals of the Academy of Management*, 2007. Forthcoming.
- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Perspectivas críticas no Brasil: entre a “verdadeira crítica” e o dia a dia. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, v. 7, p. 504-508, 2009.
- ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. *Critical management studies*. London: Sage Publications, 1992.
- ALVESSON, M. e DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: Clegg, S., Hardy, C., Nord. São Paulo: Atlas, 1999.
- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BETERO, C. O. Estudos organizacionais em perspectiva. *RAE-revista de administração de empresas*, v.5, n.1, p. 92-93, 2005.
- DAVEL, E; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 4, p. 72- 85, out/ dez. 2003.
- DAVIES, R. W. As opções econômicas da URSS. In HOBBSAWM, Eric J. *História do Marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo*. v.8. Rio de Janeiro, 1986.
- FARIA, J. H. de. Teoria Crítica em Estudos Organizacionais no Brasil: o estado da arte. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, v. 7, p. 509-515, 2009.
- FOUGEYROLLAS, P. *Marx*. São Paulo: Ática, 1985.
- FREITAG, B. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 2004
- FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970).
- GADOTTI, M. *Marx: transformar o mundo*. São Paulo: FTD, 1989.
- GREY, G.; FOURNIER, V. *At critical moment: Conditions and perspectives for critical management studies*. Plenum Publishing Corporation, New York, Jan. 2000.
- HARNECKER, M. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. 2 ed. São Paulo: Global Editora, 1983
- HOBBSAWN, Eric J. Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo. In HOBBSAWN, Eric J.

História do Marxismo III: o marxismo na época da Segunda Internacional: segunda parte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: _____; ADORNO, Theodor W. Textos Escolhidos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

KOSELLECK, R. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

LARA, L. G. A.; VIZEU, F. . O potencial da frankfurtianidade de Habermas em estudos organizacionais. CADERNOS EBAPE.BR (FGV), v. 17, p. 1-11, 2019.

LIEBICH, A. Os mencheviques diante da construção da URSS. In HOBBSAWM, Eric J. História do Marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo. v.8. Rio de Janeiro, 1986.

LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

MCLEAN, C; ALCADIPANI, R. Critical management studies: some reflections. BAR. Brazilian Administration Review, p. 26-42, 2008.

MELO, R. Marx e Habermas. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. São Paulo: Saraiva, 2013.

MISOCZKY, M. C; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba , v. 9, n. 1, p. 193-210, Mar. 2005.

PAES DE PAULA, A. P.. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. Organizações & Sociedade (Online), v. 14, p. 169-188, 2007.

PAES DE PAULA, A. P.; MARANHÃO, C. S. ; BARRETO, R. ; KLECHEN, C. F. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 50, p. 10-23, 2010.

PAULO NETTO, João. O que é marxismo. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

RICOEUR, P. Interpretação e ideologias. 4 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

ROSA, A. R.; ALCADIPANI, R. A Terceira Margem do Rio dos Estudos Críticos sobre Administração e Organizações no Brasil: (Re)pensando a Crítica a Partir do Pós-Colonialismo.

- RAM. Revista de Administração Mackenzie (Impresso), v. 14, p. 186-215, 2013.
- SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUSA SANTOS, B. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n.54, 197-215, jun. 1999. STEINBERG, H-J. O partido e a formação da ortodoxia marxista. In HOBBSBAWN, Eric J. História do Marxismo II: o marxismo da segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- VIZEU, Fabio. Ação Comunicativa e Estudos Organizacionais. RAE-Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 45, n.4, p. 10-21, 2005.
- VIZEU, Fabio. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. RAE-Revista de Administração de Empresas (Impresso), v. 50, p. 36-46, 2010a.
- VIZEU, Fabio. (Re)contando a Velha História: Reflexões sobre a Gênese do Management. RAC. Revista de Administração Contemporânea (Impresso), v. 14, p. 780-797, 2010b.
- VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. 10, p. 6, 2012.
- VIZEU, F; SEIFERT, R. E; HOCAYEN-DA-SILVA, A. J. Non-capitalist organizations in Latin America: lessons from the Brazilian Faxinal grassroot community. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 13, n. 2, p. 369-389, June 2015.